

PARTILHAR E DIVULGAR A CIÊNCIA: UM CAMINHO PARA FORTALECER A LUSOFONIA

Fernanda Ribeiro*

Resumo

Este texto procura sistematizar uma reflexão sobre linhas de intervenção/ação política que podem ser desenvolvidas pelas universidades para darem maior visibilidade ao conhecimento científico que produzem, particularmente no que respeita à comunidade lusófona. Esta reflexão é, essencialmente, baseada na experiência de largos anos de trabalho envolvendo gestão de ciência e cooperação com parceiros internacionais.

Apontam-se caminhos para o reforço da cooperação entre académicos (docentes e investigadores) dos países de língua portuguesa, no que respeita a diversos aspetos, considerados essenciais, a saber: política de intercâmbio e mobilidade de estudantes e docentes/investigadores; política linguística em prol da defesa e promoção da língua portuguesa como língua de comunicação científica; medidas para expandir a ciência aberta como forma de divulgar mais amplamente o trabalho científico; métricas e indicadores de avaliação da produção de ciência, nomeadamente no campo das Ciências Sociais; e apoios a redes de cooperação científica, cultural e artística.

Palavras-chave: Ciência aberta; cooperação lusófona; mobilidade académica; redes de investigação científica

* Fernanda Ribeiro é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) em 1980 e detentora do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorou-se em 1999 na FLUP, com uma tese intitulada *O Acesso à Informação nos Arquivos* e fez Provas de Agregação, na mesma Faculdade, em 2006. É Professora Catedrática do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da FLUP, foi diretora do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação e do Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais e foi também coordenadora do centro de investigação CETAC.MEDIA. É, desde outubro de 2014, diretora e Presidente do Conselho Científico da FLUP. Tem publicado trabalhos, em Portugal e no estrangeiro, na área da Ciência da Informação, especialmente sobre as problemáticas do acesso à informação e as questões da formação nesta área disciplinar.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

E-mail: fribeiro@letras.up.pt

Introdução

Num mundo em que a globalização e a comunicação síncrona são realidades omnipresentes e incontornáveis, a Ciência não pode continuar a ser uma atividade individual, resultante de um trabalho isolado, de um pensamento fechado sobre si próprio e baseado em informação privilegiada, guardada como um tesouro até ser publicada e registada com a respetiva marca de autoridade. Hoje a Ciência faz-se, sobretudo, em grupos de investigação e em redes internacionais e baseia-se num conhecimento que é partilhado e publicitado de forma aberta e transparente, precisamente para que todos o possam usar, aprofundar e disseminar.

Neste mundo globalizado, o trabalho colaborativo em redes transnacionais de cooperação científica, e também cultural e artística, é (deve ser) a forma privilegiada de fazer investigação e de promover a transferência do conhecimento que os investigadores produzem, na maioria das vezes com o apoio de financiamentos também eles transnacionais e atribuídos no quadro de agências internacionais. Assim, pensar o futuro da investigação, em particular no campo das Ciências Sociais e Humanas, só pode ter como horizonte o reforço da internacionalização, ou seja, o aprofundamento da cooperação em redes com objetivos comuns. Nesta perspetiva, a definição de estratégias de atuação deverá, naturalmente, aproximar-nos de países com quem temos relações históricas consolidadas e que partilham idênticas heranças culturais¹. Refiro-me, naturalmente, aos países de língua portuguesa, uma língua falada por mais de 250 milhões de pessoas².

As universidades são o espaço e o contexto ideal para promover redes de reforço da Lusofonia, podendo abarcar também o espaço ibero-americano, como expansão natural dessas redes nos continentes europeu e americano, onde as relações científicas e académicas já têm uma longa tradição. Contudo, criar e consolidar esta cooperação não pode ser, apenas, um esforço individual dos investigadores ou uma estratégia de algumas universidades. A eficácia e o sucesso da cooperação devem ter por base uma política científica, assumida pelos governos e pelas agências governamentais, que têm a seu cargo a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, como é o caso da Fundação para a Ciência e

1 Veja-se, neste sentido, Martins, 2015, 2017 e 2018.

2 Cf.: <https://up.pt/portuguesuporto/o-portugues-no-mundo/>.

a Tecnologia (FCT). Infelizmente, no “Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: o Compromisso com o Futuro - Uma agenda para o período 2016-2020”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2016 (Portugal, 2016), não encontramos uma única referência à promoção da língua portuguesa, nem é nenhuma vez empregue a palavra “lusofonia”. A agenda de trabalho proposta para 2016-2020 contempla várias dimensões, que vão desde os recursos humanos ao território, passando pela modernização das instituições e das infraestruturas tecnológicas. Nesta matéria fala-se bastante em redes, mas curiosamente são sobretudo as redes de infraestruturas que são objeto de maior atenção. Os aspetos essenciais da cooperação transnacional ficam praticamente omissos e apenas é traçado um objetivo que toca a esta questão: “reforçar o nível de internacionalização, em articulação com agendas de investigação e desenvolvimento (I&D)” (Resolução n.º 32/2016, p. 1.733), as quais se percebe que estão em sintonia com a “Estratégia Europa 2020, a agenda adotada pelos países europeus para o crescimento sustentável” (Resolução n.º 32/2016, p. 1.732), não havendo referência a outras regiões do mundo que sejam interessantes para o desenvolvimento da cooperação.

Parece, pois, que o trabalho tem de ser feito pelos académicos e pelos investigadores, no terreno, muito mais na base dos seus contactos pessoais e nas relações científicas já estabelecidas, do que com um enquadramento político claro e com estratégias e metas bem definidas.

Nestas circunstâncias, cabe às universidades um papel fundamental, no estímulo da cooperação científica e cultural. E, na verdade, no que toca a instrumentos formais para dar suporte à cooperação, elas têm essa capacidade e autonomia e podem, se assim o entenderem e desejarem, ser promotoras de inúmeras iniciativas que ajudem a consolidar as redes informais já existentes e a criar novas redes em domínios que ainda não têm trabalho em curso.

Procuraremos, de seguida, enunciar algumas linhas de intervenção/ação política, que cremos serem exequíveis na esfera de ação das universidades e que poderão indubitavelmente reforçar a cooperação lusófona, dando a visibilidade que se impõe à produção de conhecimento científico, resultante do trabalho de académicos e investigadores dos países de língua portuguesa, marcando assim a posição, a que têm pleno direito, no “mapa” do conhecimento mundial.

Política de intercâmbio de estudantes, docentes e investigadores

Os acordos de cooperação que as universidades estabelecem entre si, incluem, normalmente, a mobilidade de estudantes e docentes, no âmbito de programas de estudos de graduação ou pós-graduação, mas não é comum os convénios incluírem financiamento para as mobilidades, o que dificulta a realização das mesmas. A atração de estudantes internacionais é hoje um objetivo central para a maior parte das universidades e, no caso português, é também uma forma de obter receitas que compensem a diminuição de estudantes nacionais, que se verifica devido à recessão demográfica. Contudo, se o reforço da Lusofonia for considerado um objetivo estratégico, a política dirigida a esse objetivo tem de ter especificidades próprias e de beneficiar de incentivos, nomeadamente financeiros. É certo que algumas universidades já estabelecem valores para as propinas de estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que são diferentes (cerca de 50%) dos estudantes internacionais em geral, mas mesmo assim o incentivo é pequeno, pois todos conhecemos as dificuldades com que esses estudantes se debatem para conseguirem bolsas e apoios para estudar no estrangeiro. Que sentido tem não haver propina internacional para os estudantes europeus (alguns provenientes de países com elevados níveis económicos) e o mesmo critério não se aplicar aos estudantes da CPLP?

A mobilidade de docentes e investigadores é algo que também não tem tido apoios significativos e que praticamente se reduz ao Programa Erasmus+, nas suas várias configurações. Como apoiar a vinda de investigadores de outros países para trabalhar com os seus parceiros portugueses que fazem parte de uma mesma rede de investigação? Que incentivos são dados pelas universidades ao estímulo deste trabalho partilhado?

A possibilidade de bolsas de pós-doutoramento atribuídas pela FCT são uma forma de apoiar estadias prolongadas de investigação em universidades portuguesas, mas como sabemos a situação alterou-se e este financiamento é agora atribuído, maioritariamente, no âmbito de projetos financiados. Talvez esta modalidade possa permitir um reforço da relação académica e científica no âmbito de redes já constituídas. Mesmo sendo um caminho instável e pouco seguro para fortalecer a Lusofonia, é algo que as universidades não devem desperdiçar.

Política linguística

O uso do inglês como língua franca de comunicação científica tem vindo a ser estimulado, ou mesmo imposto, em múltiplas situações. Não há dúvida que é importante comunicarmos o que fazemos e a língua é o veículo por excelência para promover a comunicação. Contudo, quando o uso de uma língua passa de fator de aproximação, a fator de dominação (ou exclusão) há que refletir sobre o problema e que procurar alternativas. Hoje em dia, a tradução automática já atingiu níveis de qualidade razoáveis para permitir uma comunicação minimamente eficaz. Por que razão temos forçosamente de comunicar numa língua em que necessariamente condicionamos a nossa capacidade de expressão, quando temos uma língua rica do ponto de vista semântico, que já é, atualmente, falada por mais de 250 milhões de pessoas, estimando-se que este número cresça até aos 400 milhões em 2050?³

As universidades deveriam ter um papel fundamental na promoção da língua portuguesa como língua de comunicação científica e, com vista a esse desiderato, é fundamental estabelecer acordos de cooperação, no domínio do ensino e da investigação, que incentivem a publicação em língua portuguesa, sem prejuízo de, paralelamente, também serem apoiadas traduções, que ajudem à divulgação em termos internacionais.

O papel do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua⁴ no apoio à criação de leitorados e cátedras de Português nos mais diversos países do mundo tem sido fundamental para a promoção da língua e da cultura do nosso país. Contudo, a sua relação com as universidades é ainda pouco relevante, precisando de ser aprofundada e intensificada, designadamente no que respeita à atribuição de bolsas para quem pretende frequentar cursos de Português Língua Estrangeira (PLE), pois esta é também uma forma de contribuir para o aumento da produção científica em língua portuguesa por parte dos investigadores estrangeiros, que integram, cada vez em maior número, os centros de investigação das universidades nacionais.

3 Cf.: <https://up.pt/portuguesuporto/o-portugues-no-mundo/>.

4 Consultar: <https://www.instituto-camoes.pt/>.

Política de acesso aberto

Sabemos que o governo Português e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior definiram como prioridade “o compromisso da ciência com os princípios e práticas da Ciência Aberta, estando empenhados na elaboração e implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta assente no enunciado de que o Conhecimento é de Todos e para Todos” – pode ler-se na íntegra no portal oficial Ciência Aberta⁵. Este compromisso tem por base os seguintes pressupostos:

a Ciência Aberta permite a partilha do conhecimento entre a comunidade científica, a sociedade e as empresas, possibilitando desta forma ampliar o reconhecimento e o impacto social e económico da ciência. Ciência Aberta é mais do que a disponibilização em acesso aberto de dados e publicações, é a abertura do processo científico enquanto um todo, reforçando o conceito de responsabilidade social científica. A implementação de uma prática de Ciência Aberta é também geradora de múltiplas oportunidades de inovação. Permite impulsionar o desenvolvimento de novos produtos, serviços, negócios e empresas⁶.

Estes pressupostos assentam em diversos pilares, que são também enunciados na página oficial: acesso aberto; dados abertos; investigação; inovação aberta; redes abertas de ciência; ciência cidadã.

Esta é, sem dúvida, uma das mais importantes medidas governamentais para apoiar o desenvolvimento da ciência e o fortalecimento das redes de conhecimento e investigação científica. As universidades só têm a ganhar se se libertarem dos monopólios das editoras que dominam a publicação científica e passarem a disponibilizar conteúdos em acesso aberto. Os repositórios de acesso aberto como os RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal⁷, ou os repositórios das universidades, ou o agregador dos repositórios, intitulado Diretório dos Repositórios Digitais e que “é uma infraestrutura digital que visa identificar e constituir um referencial de acesso aos repositórios digitais de Portugal na área da Ciência e da Cultura”⁸, são excelentes exemplos do que, nos últimos anos, tem

5 Retirado de: <http://www.ciencia-aberta.pt/>.

6 Retirado de: <http://www.ciencia-aberta.pt/sobre-ciencia-aberta>.

7 Ver: <https://www.rcaap.pt/>.

8 Retirado de: http://repositorios-conhecimento.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=124.

sido feito no nosso país em prol do acesso aberto ao conhecimento científico. Mas se pensarmos em termos de reforço da Lusofonia, haveria que fazer muito mais. Não é hoje difícil nem oneroso construir uma plataforma agregadora da produção científica em língua portuguesa disponível em múltiplos repositórios institucionais (um portal de repositórios, organizado por países e por universidades), concentrando as diversas áreas do vasto campo das Ciências Sociais e Humanas. Esta seria uma iniciativa de alto valor para a comunidade lusófona e traria uma imensa visibilidade internacional à Lusofonia, aproximando pessoas e instituições, reforçando laços e promovendo mais parcerias e colaborações. Um projeto que pode ser objeto de trabalho para um grupo de investigação interdisciplinar, envolvendo cientistas da informação e dos sistemas de informação (computação) e que é perfeitamente exequível com os recursos de uma universidade ou de um consórcio de universidades, caso não seja possível que alguma agência financiadora o considere importante para ser apoiado.

Política de avaliação – indexação, métricas e indicadores

A credibilidade e o reconhecimento da qualidade da investigação são, como é sabido, dependentes do escrutínio das comissões de avaliação, constituídas por pares e sujeitas a métricas e indicadores validados também pela própria comunidade científica. Estão também diretamente relacionados com os locais de publicação e com o seu valor e impacto, conceitos necessariamente dependentes de critérios estabelecidos, supostamente consensuais e aceites em cada área disciplinar.

Um dos referenciais reconhecido como “bom” para medir o impacto da produção científica e dos resultados da investigação é a indexação dos artigos e outros textos em bases de dados e o fator de impacto que conseguem obter pelas citações de que são alvo.

É óbvio que a qualidade, para ser medida, necessita de ter referenciais, critérios e métricas objetiváveis e, de preferência, consensualmente estabelecidas e aceites. Mas, como também sabemos, as lógicas seguidas nas avaliações das ciências exatas e naturais, dificilmente são compatíveis com a natureza da investigação em Ciências Sociais e Humanas e, por isso mesmo, é difícil medir da mesma maneira aquilo que é diferente e não se rege pelos mesmos modelos e práticas investigativas.

Para medir o impacto e a qualidade da produção científica que é expressão da Lusofonia no âmbito das Ciências Sociais e Humanas são necessários instrumentos adequados, que tenham em conta as especificidades dos diferentes campos do saber e que, forçosamente, estejam articulados com uma política linguística consistente e politicamente assumida. Não é possível querer obter reconhecimento da investigação feita no quadro das instituições dos países da CPLP usando as métricas associadas à avaliação das bases de dados que só indexam literatura científica escrita em inglês ou publicada em revistas e editoras, que dominam os circuitos internacionais e que dificilmente aceitam textos em que a escrita académica não segue os cânones da tradição anglo-saxónica.

Também nesta matéria é fundamental que as universidades e as suas unidades de investigação se empenhem em validar critérios de avaliação apropriados para atingirem os objetivos a que se propõem, nomeadamente fomentando a criação de bases de dados para indexação da produção científica em língua portuguesa, identificando as revistas que melhor representam a pluralidade de perspetivas e abordagens nos diversos domínios disciplinares, influenciando a constituição de equipas de avaliação pela integração de mais académicos reconhecidos na comunidade lusófona, promovendo as redes e consórcios de investigação e a elaboração de projetos científicos no âmbito dessas mesmas redes, no espaço da Lusofonia.

Para pôr em prática estas medidas não são necessários investimentos avultados nem recursos extraordinários. É sobretudo preciso ter uma estratégia e vontade política para a pôr em prática, ou seja, é preciso saber para onde queremos caminhar e aquilo que, em rede, pretendemos construir.

Política de apoio a redes de investigação, culturais e artísticas

As ideias expostas nos pontos anteriores para se poderem implementar de forma consistente carecem, evidentemente, de uma estratégia mais global para apoio às redes que os investigadores entendem constituir. Passar de um registo informal para um reconhecimento institucional formal é um passo muito importante para que as iniciativas individuais ou de grupos tenham maior credibilidade e um enquadramento orgânico/institucional inequívoco. A ciência tem, como é óbvio, a sua componente epistémica essencial, mas tem também de se institucionalizar e de congregar um reconhecimento social e organizacional que lhe dê o suporte imprescindível ao seu desenvolvimento no quadro das instituições.

As redes de investigação são hoje o contexto ideal para delinear projetos de investigação transnacionais, para promover a publicação internacional, para facilitar contactos entre pares e para criar instrumentos agregadores do conhecimento produzido nessas mesmas redes.

Da mesma forma, as redes culturais e artísticas são espaços de partilha e de cocriação, que podem aproximar autores e criadores com heranças comuns e afins e promover relações produtivas de expressão lusófona.

Notas finais

Como acima referimos, a Ciência tem uma dimensão epistemológica e uma dimensão político-institucional. A primeira é, obviamente, da exclusiva prerrogativa dos cientistas, mas a segunda, embora sob a responsabilidade dos gestores e dos decisores, não lhes é (não pode nem deve ser) completamente alheia.

A política científica, a gestão da ciência, a comunicação científica são cada vez mais atividades que estão contempladas nos objetivos e nas funções dos centros de investigação e de produção de ciência e, como tal, fazem parte das ocupações e das preocupações dos académicos, pois a ciência depende substancialmente do financiamento que consegue angariar. E, como todos sabemos, as agências financiadoras sustentam as suas decisões nos resultados das avaliações efetuadas por elementos da própria comunidade científica, os quais seguem orientações, métricas e indicadores de qualidade, baseados no valor, no impacto, nas citações, na disseminação internacional. Retornamos, pois, ao tópico inicial: as linhas de intervenção/ação política, que é preciso definir e pôr em prática para promover, partilhar e disseminar o conhecimento científico.

No caso concreto que aqui nos serviu de mote para sistematizar esta breve reflexão, parece evidente que, a todas as ações enunciadas como vantajosas para promover a partilha e divulgação da ciência, é imprescindível associar uma vontade política de aposta na língua portuguesa, para que possamos enveredar pelo caminho que conduzirá à concretização e ao desenvolvimento dos “interfaces da Lusofonia”.

Referências

- MARTINS, M. L. (2015). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 27-56). Famalicão: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/39698>
- MARTINS, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais o futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/51039>
- MARTINS, M. L. (2018). Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica. *Comunicação e Sociedade*, 34, 87-101. Retirado de: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2937](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2937)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2016, de 3 de junho, *República Portuguesa*.